



FOLHA VERDE

104

Número 104 | Verão de 2018
Distribuição gratuita | www.osverdes.pt

PEV  **PARTIDO ECOLOGISTA
OS VERDES**

14ª Convenção do PEV

17 e 18 de Novembro de 2018

Faculdade de Ciências,
Campo Grande - Lisboa.

Os Verdes promovem a sua reunião magna, um momento alto da ecologia política em Portugal.

Debate, balanço, momentos culturais, eleição da nova direção entre outros irão lançar a dinâmica do PEV para os próximos 3 anos.

#pág. 2



**“Ação Ecologista
Um Compromisso
com o Futuro”**

**14ª
CONVENÇÃO**

**PARTIDO ECOLOGISTA
OS VERDES**

17 E 18 DE NOVEMBRO DE 2018
LISBOA

Ecoboletim

Acampamento de verão, associativismo jovem, agricultura e alterações climáticas são os temas explorados pelos jovens ecologistas nesta edição.

#pág. 9

Campanha Alterações Climáticas

Os Verdes percorrem o país com a campanha de alerta às Alterações Climáticas ilustrada com os cartoons de Telmo Quadros.

#pág. 17

Em defesa da ferrovia nacional

leva o PEV a fazer várias viagens e ações de norte a sul do país.

#pag. 20



**O momento alto
da Ecologia Política
no nosso país.**

Verdes Reúnem-se em Convenção

17 e 18 de novembro na Faculdade de Ciências de Lisboa.

“Ação Ecologista Um Compromisso com o Futuro”

Com 35 anos de existência, com o seu património de intervenção, de lutas ecologistas, de postura anti sistema explorador e destruidor dos equilíbrios ecológicos e delapidador dos direitos do Homem, o Partido Ecologista Os Verdes terá um dos momentos altos de debate e reflexão na sua 14ª Convenção.

Delegados e ativistas dos Verdes, vindos de todos os cantos do país, irão nestes dois dias dar corpo ao momento alto do PEV e da ecologia política do país.

As recentes lutas e campanhas estarão no centro do debate, incluindo a análise da atual situação eco-política. Os Verdes farão o balanço da sua ação e das suas propostas concretas e do seu impacto na atual situação do país, na melhoria das condições de vida das pessoas, ao nível dos rendimentos e direitos sociais, num maio investimento na conservação da natureza, na gestão de florestas e prevenção dos fogos.

Com o muito que ficou por fazer ou mesmo por aceitar por parte do Governo PS, Os Verdes, virados para o futuro e para a ação ecologista, irão continuar a travar as lutas lançadas, confirmadas e reforçadas pela 14ª Convenção, plataforma fulcral para lançar a dinâmica de intervenção ecologista para os próximos 3 anos.

A 17 e 18 de novembro os Ecologistas reunir-se-ão no anfiteatro do edifício C3 na Faculdade de Ciências de Lisboa, no Campo Grande, com o intuito de reforçar o projeto ecologista em Portugal. Serão 2 dias onde se irá eleger uma nova direção para o PEV e aprovar as orientações políticas e de ação na forma de moções de ação política ou setoriais, mas acima de tudo

será um espaço de debate enriquecido pelo contributo de cada um dos delegados à Convenção.

Os espaços de convívio irão certamente transparecer a informalidade característica do PEV mas preencher-se de cultura memória e confraternização, fundamental para fortalecer as sinergias e o trabalho coletivo, base de toda e qualquer intervenção ecologista.

Fortalecer a Ação Ecologista é o nosso Compromisso com o Futuro. Um futuro sustentável e equilibrado para o país e para o Planeta.

Programa dos trabalhos

17 de novembro – sábado

10:30 - Início dos trabalhos e saudação de boas vinda.
Intervenção de abertura e debate com balanço da ação ecologista.

13:30 - Almoço.

15:00 - Apresentação, debate e votação dos diversos documentos e moções.

- Durante o dia proceder-se-á à votação para Eleição dos Órgãos Nacionais do PEV, em urna fechada e cujo apuramento dos resultados será feito antes da suspensão dos trabalhos.

20:00 - Suspensão dos trabalhos.

20:30 - Jantar e momento de convívio.

18 de novembro – domingo

10:00 - Reinício dos trabalhos.
Apresentação, debate e votação das Moções de Ação Eco-Política.

12:30 - Sessão de encerramento.

Como Chegar

à **14^a Convenção do Partido Ecologista Os Verdes**

Faculdade de Ciências, Edifício C3 - Campo Grande, Lisboa.

Transportes para a Convenção



Metro

A forma mais directa de chegar é utilizando o metro. Linha Verde ou Amarela, estação Campo-Grande, depois são cerca de 7 minutos a pé, ou Estação da Cidade Universitária na Linha Amarela, são também cerca de 7 minutos a pé.



Comboio

CP – Sai na Gare do Oriente, Lisboa – apanha o metro linha vermelha em direção São Sebastião. Muda para linha verde, na Alameda, ou linha amarela no Saldanha.

Linha Cascais – Sai no Cais do Sodré e apanha metro linha verde.

Linha Sintra – Sai no Rossio – apanha metro linha verde no Rossio.

Fertagus – Sai na estação Entre-Campos e apanha o metro.



Autocarros

Carris – 701, 736, 738, 783, 798 – Paragem: Campo Grande Norte.

As necessárias e urgentes alterações à legislação laboral



José Luís
Ferreira
Deputado do PEV

Em julho o Governo levou a discussão no plenário da Assembleia da República a sua proposta de alteração à legislação laboral.

Nessa discussão Os Verdes agendaram também algumas propostas, mas no sentido de recuperar direitos de quem trabalha. Falamos de direitos que o anterior Governo, PSD-CDS, utilizando a conversa com que nos foi habituando durante esses quatro anos, como seja o aumento da produtividade, a competitividade e o combate ao défice, removeu do nosso horizonte e com graves consequências para quem trabalha.

Esta nossa proposta visava a reposição de uma justiça elementar, ou seja, a reposição dos 25 dias de férias para todos os trabalhadores, criando assim condições para que os trabalhadores possam ter mais tempo disponível para o descanso e para atividades em família, até porque nos dias de hoje, é cada

vez mais difícil compatibilizar a vida profissional com a vida familiar, devido às exigências que são impostas pelo mundo do trabalho.

Trata-se de uma medida que pretende valorizar o trabalho e os trabalhadores, condição indispensável para um verdadeiro desenvolvimento e para a justiça e o progresso social do nosso País.

Uma outra iniciativa legislativa dos Verdes pretendia colocar justiça no valor das indemnizações em caso de despedimento. Como todos estamos lembrados o anterior governo, para além de ter facilitado os despedimentos, ainda os tornou mais baratos.

Foi uma espécie de convite às entidades patronais para despedir: “aproveitem, para despedir porque agora é fácil e é barato”.

Uma verdadeira prenda aos patrões, tendo muitos deles aproveitado para substituir trabalhadores com direitos por trabalhadores sem direitos, como a direita tanto gosta.

Por fim Os Verdes apresentaram ainda uma proposta para que os contratos a termo não possam ter lugar apenas e tão só, porque os trabalhadores a contratar estejam à procura do primeiro emprego ou sejam desempregados de longa duração.

Trata-se de uma medida que para além de justa, vem recolocar o regime dos contratos a termo no caminho certo, uma vez que a essência dos contratos a prazo é definida pela natureza temporária da atividade a desenvolver e não pelas circunstâncias em que se encontram os trabalhadores.

Já quanto à proposta do Governo, que veio do PS, mas que em bom rigor, podia perfeitamente ter vindo do PSD ou do CDS, basta aliás, atender à simpatia com que os partidos de direita acolheram o acordo celebrado pela UGT e as Entidades Patronais, Os Verdes dizem não, e dizem não com toda a coerência. De facto, através desta proposta do PS:

Alarga-se o período experimental, fomentando a precariedade.

Oferecem-se 150 horas de trabalho gratuito por ano às entidades patronais, através do banco de horas grupais.

E ao nível da contratação coletiva, mantem-se a norma da caducidade. Tudo à medida das

entidades patronais. Parece até que foi a pedido, que foi encomenda.

Aliás, não deixa de ser curiosa a resposta do Secretário Geral da UGT, quando numa entrevista na Antena Um e perante a pergunta: “porque é que as indemnizações em caso de despedimento não ficaram no acordo”, a resposta foi elucidativa a este propósito, “Não ficou porque as entidades patronais não aceitaram”.



Ora, daqui podemos presumir que na proposta do governo, só ficou aquilo que os patrões quiseram, e assim não. Não definitivamente.

Durante a discussão ficou clara a posição de cada uma das bancadas. a proposta do Governo foi aprovada com os votos do PS, e a ajuda do PSD e CDS, que aliás chumbaram muitas das propostas apresentadas pelos Verdes e por outros Grupos Parlamentares à esquerda.

E face a este cenário é justo perguntar: se não valorizamos o trabalho e os trabalhadores quando as coisas estão melhor em termos da nossa economia, digam-nos quando é o que o faremos?

Direito à Habitação

Cláudia Madeira

Dirigente Nacional
do PEV

Revogar a atual Lei

O direito à habitação está consagrado na Constituição da República Portuguesa desde 1976 e encontra-se também consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos.



No entanto, a habitação tem vindo a tornar-se um negócio chorudo e, nos últimos anos, assistimos a uma escalada brutal das rendas e ao despejo de milhares de famílias das suas casas e de muitas pequenas empresas, colectividades e associações que acabam por fechar portas.

Segundo dados oficiais, nos primeiros meses de 2017 foram despejadas em média cinco famílias por dia. Todos os dias é negada a satisfação de uma necessidade básica e de um direito fundamental a muitos cidadãos.

Desde o início, Os Verdes denunciaram que o Novo Regime do Arrendamento Urbano, da autoria do Governo PSD/CDS, mais conhecido por lei dos despejos, estava ao serviço do especulador e nunca procurou promover o arrendamento urbano.

Ou seja, esta lei tornou mais distante o acesso à habitação e, para muitos milhares de portugueses, uma habitação condigna é ainda um sonho longínquo, o que é inaceitável.

A par desta lei desumana, o crescimento do turismo veio agudizar o problema, uma vez que acaba por retirar milhares de habitações do mercado, diminuindo a oferta e aumentando a especulação e os preços, sendo as rendas praticadas proibitivas para a esmagadora maioria das famílias.

Apesar de algumas melhorias na legislação no sentido de dar uma resposta imediata às situações mais graves, os despejos só serão travados quando o Novo Regime do Arrendamento Urbano for definitivamente revogado e será por isso que Os Verdes vão continuar a lutar, uma vez que os problemas da habitação não se resolvem com alterações pontuais, nem com medidas paliativas ou remendos.

Também as propostas do Governo, a que chamou “nova geração de políticas de habitação”, não obstante algumas medidas positivas, acabam por insistir na desresponsabilização do Estado, atirando os encargos para as autarquias, ao mesmo tempo que favorecem a especulação imobiliária através de benefícios fiscais.

O Estado não pode assumir um papel secundário, enquanto empurra para as autarquias o que é sua competência e responsabilidade, tal como determina a Constituição de forma muito clara.

Para Os Verdes é urgente ir mais longe e concretizar o direito à habitação, dinamizando o arrendamento de forma sustentável, justa e credível e garantindo estabilidade e segurança aos arrendatários, e isso só é possível com a revogação da lei dos despejos, que permitirá corrigir o grave erro que foi a aprovação desta lei atroz.

ECOBOLETIM

ECOLOJÓVEM
OS VERDES

Boletim Informativo
da Juventude do Partido Ecologista “Os Verdes”

Acampamento da Ecolojovem 2018

A Ecolojovem realizou nos passados dias 30 de Agosto a 2 de Setembro mais uma edição do seu acampamento, este ano no Parque de Campismo de Penacova, em Coimbra sob o lema “Floresta Sustentável”.



Os incêndios que tiveram lugar em 2017, bem como aqueles que já se verificaram em 2018 são, na óptica dos jovens ecologistas, um problema recorrente grave que em grande parte se prende com a má política florestal portuguesa, muito refém das grandes

empresas de papel, com a excessiva e desmesurada área de monocultura florestal, principalmente de eucalipto, e com a falta de meios humanos de fiscalização e gestão florestal por parte do Estado.

Assim, a Ecolojovem pretendeu com este acampamento sensibilizar todos para as questões da floresta. Para uma paragem e redução da quantidade de eucaliptos no nosso território, árvores de combustão rápida que fazem com que o combate aos incêndios florestais seja maior, e para um maior investimento nas espécies autóctones que permitem uma melhor regularização do clima e uma vez que são plantas adaptadas ao nosso clima e consequentemente, são mais resistentes à passagem dos fogos florestais, permitindo um combate mais eficaz e eficiente destes incêndios.



Para tal, os jovens ecologistas fizeram distribuição de documentos com as suas propostas relativamente à floresta e a formas de gestão da mesma.

No entanto e porque o debate ecológico não se cinge a apenas estes temas, os jovens ecologistas organizaram, ainda, uma conversa ecologista sobre estilos alimentares alternativos. O objetivo desta conversa foi o de dar a conhecer estilos alimentares diferentes, bem como debater os prós e contras de cada um destes estilos alimentares. Considerando o panorama ecológico que se vive atualmente, urge debater estas matérias de forma a encontrar formas alternativas sistémicas que permitam encontrar um equilí-

brio entre aquilo que a Natureza produz e aquilo que o Ser Humano consome.

A Ecolojovem organizou ainda uma oficina de eco-feminismo com o objetivo de debater as questões feministas no panorama ecológico.

Por fim e porque não poderia faltar, houve ainda tempo para convívio e atividades de lazer que trazem aos jovens um novo ânimo para a 14ª Convenção do PEV que terá lugar nos dias 17 e 18 de Novembro.

O balanço feito do acampamento é positivo e importa agora alargar as problemáticas debatidas a todos os jovens da sociedade portuguesa, porque só juntos conseguimos um futuro mais sustentável para todos.



Vagas de Calor *Feat* Alterações Climáticas



Se todas as restantes catástrofes naturais que aconteceram no nosso planeta nos últimos anos não têm servido de alerta, as vagas de calor que se fizeram sentir este verão em Portugal devem servir como tal.

O jornal Público noticia que Alvega, no distrito de Santarém atingiu, no dia 4 de Agosto de 2018, os 46,8°C (fonte: publico.pt a 2018/08/05). Quase todos os distritos de Portugal continental estiveram em alerta vermelho, existindo até distritos com um alerta vermelho excecional graças à vaga de calor que se fez sentir devido ao transporte de ventos do continente Africano para a Europa.

Infelizmente, ainda existem pessoas que acreditam que isto é só uma fase, ou que são apenas exceções, mas para a Ecolojovem estas são claramente consequências das

alterações climáticas que muitos decisores políticos continuam a ignorar ou a desvalorizar.

Estas são as consequências que ao longo das últimas três décadas os Verdes têm vindo a alertar ao lado de organizações de carácter ambientalista ou ecologista no mundo. São consequências que foram medidas e determinadas através da observação criteriosa de fenómenos meteorológicos, fenómenos físicos e da Natureza e da sua maneira de reagir e se adaptar a alterações.

► Continua na pág. 16

Agricultura Intensiva

Um Flagelo Ambiental



Muitas vezes quando nos debruçamos sobre matérias relacionadas com a agricultura, esquecemo-nos dos efeitos que a agricultura intensiva pode trazer.

A exploração dos animais e das plantas na agricultura intensiva recorrendo por exemplo ao uso de transgénicos, não se preocupa com as consequências nefastas que daí advêm, procurando unicamente o objectivo de atingir o máximo lucro possível.

Do lado oposto encontramos a agricultura familiar de consumo sustentável, baseada numa atitude responsável, de respeito pelo nosso planeta. Seguramente esta agricultura que ainda hoje, como no passado, dá resposta às dificuldades de vida das populações de algumas zonas do País, necessita recolher da agricultura industrial, desenvolvida após a 2ª Guerra Mundial, as evoluções tecnológicas concebidas, que permitem aumentar a produ-



vidade e melhorar as condições de trabalho no sector.

No entanto, as políticas agrícolas desenvolvidas em Portugal e na União Europeia no final do século XX e início do século XXI têm insistido no apoio a uma ganância de aumento desmedido da produção, aproveitando as evoluções tecnológicas, mas sem nada contribuir para a melhoria da qualidade de vida e para o futuro dos jovens, das populações e do planeta.

Estas práticas levaram ao desincentivo da dedicação à agricultura familiar/sustentável, levando ao afastamento das populações das zonas agrícolas do país, e permitido o avanço descontrolado de uma agricultura intensiva que não tem a mínima preocupação com o seu

impacto ecológico, poluição, toxidade dos alimentos, esgotamento dos solos, grande gasto de água, poluição de aquíferos, linhas de água superficiais, entre outros.

As principais vantagens de defender a agricultura intensiva que nos são apresentadas prendem-se com o facto de os terrenos não estarem abandonados e a criação de alguns (poucos) postos de trabalho, quando o que nunca deveria ter acontecido era os terrenos agrícolas terem entrado em situações de abandono, causadas pelas políticas que foram impostas por PS, PSD e CDS que preferiram sempre não perceber a importância estratégica do sector e da existência de cooperativas de produção e consumo sustentável.

Para onde vai o Associativismo Juvenil?



O Governo apresentou, a Maio de 2018, uma proposta de revisão da Lei do Associativismo Jovem. Antes de o Governo o fazer, já diversas organizações previam o que poderia ser apresentado e iniciaram uma discussão sobre o mesmo, até como forma de dar a conhecer ao Governo aquelas que eram as suas propostas e as suas preocupações relativamente a esta alteração.

Embora esta alteração traga, na opinião da Ecolojovem, algumas melhorias, como a redução do número mínimo de pessoas singulares para constituição de um grupo informal de jovens, alguns benefícios fiscais para as associações, uma maior fiscalização dos fundos do IPDJ por parte do mesmo, ou o fim da discriminação com base na religião, na orientação sexual e

identidade de género ou em fatores económicos, a verdade é que os jovens ecologistas consideram que existem algumas questões que complicam, ainda mais, a vida às associações juvenis.

Uma dessas complicações prende-se com o aumento da burocracia, sobretudo no que toca aos grupos informais. Do ponto de vista da Ecolojovem, se estamos a falar de um grupo informal, pressupõe-se que a sua atividade seja de pouca duração, com um propósito específico e que a sua atividade seja apenas informal, como o próprio nome indica. No entanto, a inscrição no RNAJ e a burocratização que acarreta faz com que estes grupos percam o seu formato, tornando-os formais e organizados, o que não deve ser o objetivo.

Por outro lado, a imposição da idade limite de 30 anos aos presidentes das associações juvenis, na visão da Ecolojovem, é uma interferência na vida associativa que não cabe ao Governo fazer. Em primeiro lugar porque considerando a esperança média de vida atual, os avanços tecnológicos e medicinais e as condições socioeconómicas que vivemos fazem com que os jovens o sejam até mais tarde. É fácil comprovar que os jovens hoje arranjam o primeiro emprego mais tarde, saem de casa dos seus pais mais tarde e são pais mais tarde através de dados estatísticos divulgados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística). Como tal, a Ecolo-



jovem acha que considerar que um jovem só é jovem até aos 30 anos, é não conhecer ou não reconhecer a realidade do nosso país.

Em segundo lugar, há ainda a considerar o facto de uma associação juvenil já ter que ser composta, por lei, por 75% de jovens, sendo que nesta revisão a proposta é que esta percentagem aumente para 80. Como tal, dentro da associação já são os 80% de jovens que compõem a Assembleia Geral que elegem os seus representantes. E o Governo não se deve ingerir desta

forma na vida associativa, uma vez que sendo associações privadas, cabe a estas eleger o ou a presidente que melhor os represente, que dê a cara e tenha tempo para manter viva a associação. E são os seus associados que o devem determinar.

Finalmente, há que ter a noção daquela que é a realidade do nosso país. Não se pode exigir o mesmo a associações sediadas no concelho de Lisboa e associações sediadas no concelho de Barrancos. As realidades no que toca a atividades, a associados, a densidade populacional, a questões territoriais são substancialmente diferentes. Num concelho onde habitam cerca de 1.800 pessoas, as características de uma associação juvenil são obrigatoriamente diferentes daquelas de um concelho onde habitam 500.000 pessoas. Existem menos jovens, com menores possibilidades financeiras, que muitas vezes têm que se deslocar das suas residências durante a semana ou períodos maiores para prosseguir os estudos ou trabalhar. E que embora não tenham a possibilidade de estar na direção da sua associação, querem estar envolvidos na mesma e dentro das suas possibilidades participar.

Cabe ao Governo entender e encontrar soluções para estes problemas e não colocar entraves com a possibilidade de extinguir associações de jovens cujo o seu trabalho substitui aquelas que deveriam ser funções do Estado, como o acesso à cultura e ao desporto.

► Continuação da pág. 11

Não querendo ser pessimistas nem alarmistas, a verdade é que estas não são as piores consequências que poderemos enfrentar caso não mudemos de atitude relativamente ao paradigma ambiental em que vivemos.

Mas para nós, jovens ecologistas, a questão não está simplesmente na poupança de água e/ou energia pelo consumidor individual ou através da reciclagem e de não deitar lixo para o chão. Embora todas estas medidas sejam importantes, a verdade é que estas não são as que mais contribuem para as alterações climáticas.

A nosso ver é necessária uma verdadeira política sustentável quando falamos de consumos de água, de energia, a aposta nas energias renováveis, o real investimento nos transportes públicos ou nos modos de deslocação suaves que permitam uma mitigação das emissões enviadas para a atmosfera. É necessário um sério combate ao panorama do consumismo que atualmente se verifica e que esgota recursos no planeta inteiro, coloca em risco a saúde e a vida de muitas pessoas, sobretudo nos países menos desenvolvidos. Coloca em causa os direitos laborais de muitos trabalhadores, projetando-os para a miséria próxima da escravidão de uma forma completamente desumana.

Como pode alguém preocupar-se com as alterações climáticas,

quando a sua preocupação mais imediata é alimentar os filhos?

O paradigma social e político que vivemos nos dias de hoje não permite uma verdadeira reflexão sobre o estado do nosso planeta, e tal não deve continuar. Por isso mesmo, defendemos uma mudança de sistema. Uma mudança integrada em que todos sejamos parte do todo e todos juntos possamos refletir sobre as causas e as consequências das alterações climáticas. E o tempo urge porque “amanhã é sempre tarde demais”.

As vagas de calor, embora cansativas, são para a Ecolojovem uma força de motivação na luta contra as alterações climáticas e por melhores condições no nosso planeta, pela paz entre os povos e pela luta pela igualdade no mundo.

Não baixamos os braços e não deixaremos de estar na linha da frente por um mundo na vanguarda da sustentabilidade!



Agravamento da Instabilidade do Clima

Motiva Campanha Nacional dos Verdes

As alterações climáticas, a par das guerras e armas de destruição maciça, são a maior ameaça ao futuro da humanidade que hoje enfrentamos.

Apesar de todos os alertas, dos avanços na ciência, das respostas mais que estudadas, de todas as conferências mundiais, regionais e nacionais. Apesar da Conferência do RIO em 1992 promovida pela Organização das Nações Unidas, apesar do Protocolo de Quioto, apesar de sabermos de antemão,

Apesar de...

O Clima está cada vez mais descontrolado e os países desenvolvidos não abandonaram o carbono como fonte primária de energia, não puseram de lado o petróleo e não partiram para uma economia de energia renovável e sustentável...

Já ninguém consegue travar as alterações climáticas em curso. O *Lobbie* do Petróleo e do carvão foi tão forte... E continua a ser, basta ver as cedências do Governo Português relativamente à prospeção de hidrocarbonetos no nosso território!! Autoriza a prospeção com contratos ruinosos para o país, com impactes ruinosos para as regiões, para os ecossistemas, para as economias locais e para a economia nacional.

Os Verdes não desistem e relançaram uma campanha nacional sobre as Alterações Climáticas alertando para a necessidade de travar os gases com efeito de estufa e de empreender seriamente ações de adaptação às alterações climáticas. Ações que inevitavelmente abrangem todas as áreas económicas e sociais, desde a produção agrícola, ordenamento do território, a renovação e ampliação da rede de transportes coletivos, com especial incidência na ferrovia, a gestão de energia e de recursos hídricos, proteção civil, etc...

Já não conseguiremos baixar as temperaturas nos próximos anos nem segurar os extremos climáticos, mas criaremos defesas e tentaremos travar a subida incontrolável das temperaturas.

Os Verdes têm percorrido o território nacional com esta campanha que é composta por painéis expositores com cartoons, do artista Telmo Quadros, alusivos às alterações climáticas. por um folheto explicativo que é facultado às pessoas e por diversas ações, debates e tertúlias em torno do tema.



Conversas Ecologistas

A Propósito da 30ª Conversa Ecologista no Porto

Os Verdes, partido político de matriz ecologista, promoveu e continua a promover diversas iniciativas ligadas aos problemas, aos sentimentos, às preocupações das pessoas.

Muitas delas são pensadas e trabalhadas a partir de um tema específico, com elementos comuns que percorrem todo o país, incluindo as ilhas. Outras, apesar de serem pensadas para que todos os colectivos as coloquem em prática, têm as suas especificidades.

As Conversas Ecologistas, por exemplo, são momentos de reflexão e de discussão, são momentos de aprendizagem e de partilha de conhecimento e são sobretudo momentos de trabalho colectivo e de aproximação dos membros do Partido entre si e com todos os outros participantes. Não é por acaso que, através das Conversas Ecologistas, chegam novos companheiros que se reconhecem nas ideias dos Verdes.

Estas conversas contam sempre com a presença dos deputados da Assembleia da República, dos dirigentes dos Verdes, de companheiros com aprofundado conhecimento dos temas escolhidos, mas também de convidados exteriores ao partido.

Os temas escolhidos nem sempre correspondem à espuma dos dias do momento em que essas conversas acontecem, no entanto tentam acompanhar as discussões mais pertinentes e das quais possam surgir mais questões.

Questionar é o segredo desta iniciativa, ouvimos o que cada convidado nos traz sobre o assunto e depois a conversa tende a fluir com a participação activa de quem assiste, e que são também convidados, para uma discussão livre.

Vários foram já os assuntos que passaram pelas Conversas Ecologistas. Assuntos que nunca estão terminados porque são tão interessantes e complexos que as duas horas, às vezes três, de conversa não são suficientes para que os assuntos se esgotem.

As Conversas Ecologistas já percorreram muitos e variados assuntos, nomeadamente: a privatização da água, a educação, a música, o turismo nas grandes cidades, a pesca, as florestas, a saúde mental, a permacultura, a poda de árvores em meio urbano, o rio Douro e o rio Tejo e muitos mais podíamos continuar a referir.

Esta iniciativa teve também lugar nos momentos mais importantes dos Verdes como o seu 35º aniversário, ou até mesmo, para a juventude ecologista, a Ecojovem, com a Conversa Ecologista sobre o associativismo juvenil.

Iniciativas que queremos sempre voltadas para fora e, por isso, podem ter lugar em associações locais, em espaços culturais, nas sedes dos Verdes, em praças ou jardins. Podem ser acompanhadas por documentários ou filmes e terminam sempre com o convívio de todos os participantes que apro-

veitam para dar continuidade à conversa num ambiente mais descontraído.

Muitos são os temas já pensados que ainda não tiveram a sua oportunidade, muitos são os temas que surgirão para que se possam incluir nesta iniciativa tão abrangente como é a Conversa Ecologista.

A razão para esta explicação tão pormenorizada de uma iniciativa do PEV deve-se ao facto de no passado mês de Julho ter tido lugar a 30ª Conversa Ecologista organizada pelo colectivo do Porto, e pareceu-me oportuno partilhá-lo convosco. Como dizia o cantor Brasileiro, só “para não dizer que eu não falei das flores”.

Nessa canção, Geraldo Vandré afirmava que “esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.


Este é o nosso jeito de fazer acontecer.



Mariana Silva

Dirigente Nacional do PEV





**PARTIDO
ECOLOGISTA
OS VERDES**

☐ Desejo aderir ao **Partido Ecologista Os Verdes**

☐ Desejo participar em iniciativas de **Os Verdes**

☐ Desejo receber regularmente a **Folha Verde**

Nome:

Morada:

Código Postal: - -

Contacto Telef.:

E-mail:

Envie-nos este formulário para a sede do PEV: Av. D. Carlos I, n.º 146, 1º Dto. - 1200-651 LISBOA.
Os dados serão sigilosamente processados. Por favor, preencher em letras maiúsculas.

FOLHA VERDE 104

Folha Verde 104 | 19

COMBOIOS A ROLAR PORTUGAL A AVANÇAR

Verdes em Luta pela Ferrovia

A desestruturação da ferrovia nacional com o encerramento de vários troços da ferrovia, a falta de investimento e envelhecimento dos equipamentos e infraestruturas e supressão da oferta, está a atingir um ponto limite. Isto numa altura em que se aproxima mais uma forte ameaça de liberalização e privatização do transportes ferroviário, impostas pela Comissão Europeia.

Desde os anos 90, com os Governos de Cavaco Silva, que se tem assistido á destruição da ferrovia e à proliferação de autoestradas e ao transporte de passageiros e mercadorias preferencialmente por rodovia. Foram desativados nestes anos mais de mil quilómetros de linhas ferroviárias.



Na organização do território e como melhor forma de combater as causas das alterações climáticas está o transporte ferroviário como melhor solução de transporte urbano, de longa distância ou de mercadorias, evitando as emissões de gases com efeito de estufa, permitindo uma melhor organização dos território e potenciando um desenvolvimento em diversas vertentes.

Esta tem sido uma forte preocupação dos Verdes ao longo dos mais de 35 anos de existência enquanto partido ecologista ativo na sociedade e com grande historial de intervenção. Diversas têm sido as campanhas e iniciativas em defesa da ferrovia, do seu desenvolvimento e expansão. Basta relembrar as campanhas, iniciadas em 2006, em defesa das linhas do Tua, do Corgo e do Tâmega, a primeira campanha "Comboios a Rolar, Portugal a Avançar" em 2011, ou mais recentemente a luta e conquista do regresso do comboio à linha do Leste, em Portalegre, sem falar nas inúmeras iniciativas em defesa das oficinas e dos trabalhadores da EMEF (empresa de gestão e reparação de material ferroviário), ou dos diversos ramos e troços ferroviários pelo país.

Mais recentemente, neste novo quadro parlamentar, Os Verdes inscreveram na posição conjunta assinada com o Partido Socialista a não privatização da CP ou da EMEF e a necessidade de criar condições para o desenvolvimento do transporte ferroviário de passageiros e mercadorias.

Esta tem de ser uma prioridade de mobilidade e desenvolvimento do país, não podendo este ficar refém de diretrizes e imposições da União Europeia, contrárias aos interesses dos portugueses e que têm contribuído para desestruturação do nosso território.

Não privatizar, expandir, renovar e modernizar a ferrovia, renovar e aumentar o número de composições a circular, aumentando a

oferta (esgotada em muitas viagens e locais) e permitir um outro desenvolvimento do território são fundamentais para um correto ordenamento do território e para potenciar o combate às causas das alterações climáticas.

Mais uma vez Os Verdes desenvolveram diversas iniciativas e ações em agosto e setembro tendo como objetivo pressionar no sentido de desbloquear este imobilismo em relação ao desenvolvimento da ferrovia.

No passado dia 29 de agosto assinalou-se um ano sobre a reposição do serviço de transporte de passageiros na linha ferroviária do Leste, entre o Entroncamento e Badajoz. Uma luta travada por Os Verdes em 2015 e que conseguiu fazer caminho. Vale a pena Lutar!! A esse propósito Os Verdes fizeram a viagem entre Entroncamento e Elvas reivindicando que muitos outros ramais e muitas outras linhas ferroviárias precisam de ser reativados, melhorados, modernizados e muitos novos comboios precisam de rolar para Portugal avançar.



Curtas Notícias

Destaques da Atividade Ecologista



Faça-se Justiça aos Professores!



É do conhecimento público que há praticamente uma década que os trabalhadores da função pública estão sob a medida injusta de congelamento das carreiras, prometida como temporária, mas que se arrastou, arrastou e arrastou.

Nesse sentido, uma das prioridades do PEV, desde o início da Legislatura, foi que se procedesse ao descongelamento das carreiras e à contagem do tempo de serviço, o que tem vindo a ocorrer, em algumas carreiras, tal como previsto no artigo 19.º da Lei do Orçamento do Estado para 2018. Porém, existem carreiras, como a dos professores, onde o tempo de serviço é, entre outros fatores, determinante para a progressão e para a respetiva valorização remuneratória. Nesse sentido, foi aprovada (abstenções do PSD e do CDS) a Resolução da Assembleia da República n.º 1/2018, proposta pelos Verdes, que clarifica ainda com mais pormenor a contagem de todo o tempo de serviço para efeitos de valorização da carreira.

O que se exige agora é que o Governo negocie com os sindicatos, o prazo e o modo para que seja concretizada essa contagem de todo o tempo de serviço!

É isto que está aprovado!

Redução do Plástico é Prioritário e Urgente!



Perante a praga que está lançada na nossa sociedade, que são os plásticos e a sua utilização massiva, nós temos várias hipóteses: ou não fazemos nada e ficamos a aguardar que tudo se altere, ou andamos muito devagarinho, ou tomamos medidas eficazes.

Por diversas vezes Os Verdes têm levado à Assembleia da República propostas no sentido da redução dos plásticos, produzidos através do petróleo que são utilizados massivamente, mas tão massivamente que produzem inúmeros resíduos que invadem completamente o ambiente

Os Verdes já apresentaram propostas relativas aos sacos plásticos e às embalagens supérfluas, tendo nesta sessão legislativa apresentado também uma proposta de Lei que visa a eliminação da comercialização e utilização de utensílios de refeição descartáveis em plástico.

Precisamos de consumidores mais responsáveis, mas também de agentes económicos responsáveis, cujas ofertas no mercado determinam o prosseguimento do objetivo da redução dos plásticos!

Drama dos Incêndios está de Regresso ao nosso País



O flagelo dos fogos florestais regressou a Portugal. Bastou a primeira vaga de calor para que os incêndios alastrassem por todo o território e devastassem a Serra do Monchique e a Serra de S. Mamede, Portalegre: dois grandes incêndios que destruíram importantes áreas florestais e áreas protegidas e que devastaram cerca de 40 mil hectares.

É inevitável fazer a ligação entre os incêndios e o fenómeno das alterações climáticas. O aumento da temperatura média, as ondas de calor, os fenómenos extremos climáticos, potenciam a dimensão dos incêndios. Mas há outras razões que contribuem para agravar os fogos em Portugal: o despovoamento e abandono do mundo rural e do interior, o crescente poder das celuloses, as imensas monoculturas de eucalipto, a diminuição de espécies autóctones...

Apesar do diagnóstico feito, falta implementar medidas concretas para diminuir este flagelo, muitas delas avançadas pelo PEV: o fim da expansão da monocultura de eucalipto, contribuição extraordinária do setor das celuloses, mais vigilância nos nossos espaços florestais, campanhas de prevenção de ignições, a valorização da agricultura familiar, entre outras.

É obrigatório, é urgente, preservar a nossa floresta. A sustentabilidade é o objetivo e é por esse propósito que Os Verdes sempre se baterão.

Os nossos Rios estão Poluídos



São demasiado numerosos os casos de poluição de cursos de águas, dos quais a poluição no Rio Tejo é tristemente emblemático. São situações recorrentes em todo o território nacional e que têm diversas origens, desde a atividade agrícola e industrial a suiniculturas ou inexistência ou mau funcionamento das ETAR's.

Estes fenómenos de poluição acarretam consequências gravíssimas para a preservação de ecossistemas e do equilíbrio ecológico e afetam negativamente as populações, assim como várias atividades que geram postos de trabalho em vários setores, como a agricultura, a pesca, o turismo de lazer, o desporto.

Nesta matéria, Os Verdes defendem o reforço das inspeções e da fiscalização dos rios, com o necessário reforço de meios associado, tendo apresentado na Assembleia da República uma proposta para consagrar o princípio do não aviso prévio de ações de inspeção e fiscalização. Este foi um compromisso assumido pelo PEV no âmbito das suas Jornadas Parlamentares, dedicadas ao Rio Tejo, realizadas no mês de março. Foi ainda aprovado no Parlamento um projeto de Os Verdes - Pela defesa e proteção integrada da bacia hidrográfica do Tejo e foi apresentada uma recomendação - aprovada - para a recuperação da importante profissão de guarda-rios.

Os Verdes apresentaram ainda um conjunto de outras iniciativas para a despoluição e requalificação cursos de água: rio Ave, cursos de água que integram o sítio da Rede NATURA 2000 "Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas", Ribeira de Rio Maior e Vala Maceda, nos concelhos de Ovar e Espinho, rios Antuã, Ul, Ínsua e Caima, no distrito de Aveiro, bacia hidrográfica do Rio Lis, Leiria.

Última Página

Começa agora a última sessão legislativa desta Legislatura. É tempo de fazer balanços e apontar estratégias para o futuro. De facto esta legislatura caracterizou-se de forma peculiar como uma solução de Governo, desenquadrada de toda a tradição da recente democracia portuguesa, que abanou a ideia instituída de que só há soluções governativas à direita.

Agradou-nos ideia de que é possível demonstrar que a democracia representativa funciona e de que há mais soluções governativas para além dos partidos da direita portuguesa. Foi possível travar a austeridade imposta por PS, PSD e CDS com a Troika internacional. Conseguimos dar expressão prática à ideia de que era possível recuperar direitos e rendimentos, travar privatizações, valorizar a conservação da natureza.

No entanto Os Verdes continuam bastante apreensivos com o imobilismo e a cedência ainda a muitas pressões que impedem a defesa da nossa soberania, o desenvolvimento do país, uma melhoria substancial da qualidade de vida. Impede a defesa do setor público fundamental como

a educação, a saúde e os transportes públicos.

Os Verdes, na 3ª sessão legislativa, que agora acabou, apresentaram 43 Projetos Lei, 69 Projetos de Resolução, fizeram 170 perguntas escritas ao Governo, uma interpelação ao Governo sobre o Serviço Nacional de Saúde, promoveram um debate da atualidade sobre o Impacte Ambiental da prospeção de petróleo em Aljezur. Realizaram jornadas parlamentares sobre o rio Tejo, nomeadamente sobre os problemas de poluição e também transportes públicos. O Grupo Parlamentar desenvolveu o seu trabalho e atividade de acordo com os compromissos assumidos com o seu eleitorado e com as linhas programáticas do PEV. Assim como com as determinações esplanadas na posição conjunta assinada com o Partido Socialista.

A 4ª e última sessão legislativa que agora começa continuará a contar com o empenho do Grupo Parlamentar Ecologista onde o próximo Orçamento de Estado é já o forte desafio e onde Os Verdes assumem a defesa do investimento público em áreas como ciência, investigação, educação, saúde, ambiente, conservação da natureza e transportes públicos.

www.osverdes.pt

CONTACTOS DE OS VERDES • **Sede Nacional:** Av. D. Carlos I, n.º 146, 1.º Dir. • 1200-651 Lisboa • Tel.: 213 960 291 • E-mail: pev@osverdes.pt • **Grupo Parlamentar Os Verdes:** Palácio de S. Bento • 1249-068 Lisboa • Tel.: 213 919 203 • Fax: 213 917 424 • E-mail: pev.correio@pev.parlamento.pt • **Assembleia Municipal de Lisboa, Grupo Municipal Os Verdes:** Av. de Roma, n.º 14 P - 3.º • 1000-265 Lisboa • Tel.: 218 170 426 • E-mail: aml.osverdes@am-lisboa.pt • Site: <http://pev.am-lisboa.pt> • **Porto:** Rua Passos Manuel, n.º 71, Sobreloja Dir. • 4000-384 Porto • Tel.: 223 281 837 • E-mail: osverdesnorte@gmail.com • **Beja:** osverdesbeja@gmail.com • **Norte:** osverdesnorte@gmail.com • **Centro:** osverdescentro@gmail.com • **Faro:** osverdesnoalgarve@sapo.pt • **Madeira:** pevmadeira@gmail.com • **Santarém:** Rua Nuno Velho Pereira, n.º 8 - 1.º Esq. • 2000 Santarém • Tel: 243 324 000 • E-mail: verdesribatejo@gmail.com • **Setúbal:** verdesetubal@gmail.com • **Viseu:** osverdesviseu@gmail.com

BLOGUES • **Os Verdes nos Açores** - <http://osverdesacores.blogspot.com> • **Os Verdes - Centro** - <http://osverdescentro.blogspot.com> • **Os Verdes em Lisboa** - <http://osverdesemlisboa.blogspot.com> • **Os Verdes Madeira** - <http://osverdesmadeira.blogspot.com> • **Os Verdes Norte** - <http://osverdesnorte.blogspot.com> • **Os Verdes no Ribatejo** - <http://osverdesnoribatejo.blogspot.com> • **Os Verdes Setúbal** - <http://osverdesemsetubal.blogspot.com> • **Os Verdes ao Sul** - <http://osverdesaosul.blogspot.com> • **Ecolojovem** - <http://ecolojovem.blogspot.com>

Ficha Técnica

Edição e Propriedade

Partido Ecologista Os Verdes
Av. D. Carlos I, n.º 146, 1.º Dir.
1200-651 Lisboa

Design Gráfico

Bajanca Design - Almada
Telf.: 915 337 755
www.bajancadesign.pt

Impressão e Acabamento

Sá Pinto Encadernadores - Viseu

Depósito Legal: N.º 146744/00
ISSN: 0874-0011
Número de Exemplares: 10.000